

Parecer nº 150/98

Data: 1998.11.25

Processo nº 391-A

Requerente: Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes.

I - Pedido

Spidouro, empresa identificada no processo, vem requerer que lhe seja fornecida a informação sobre as unidades existentes, respectiva capacidade de laboração e responsável a contactar para obtenção de informações adicionais para determinados sectores agro-industriais.

II - Factos

Dos elementos fornecidos pela Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes (DRATM) deduz-se que:

Foi elaborado um contrato administrativo entre o Governo e Spidouro com vista à prossecução de um determinado projecto a ser realizado por esta última empresa, *Programa de Estímulo e Dinamização da Iniciativa Económica na Região de Trás os Montes e Alto Douro*, para o qual seriam necessárias as informações quanto às unidades existentes e quanto à respectiva capacidade de laboração, a serem fornecidas pelo Núcleo de Licenciamento do DRATM, e informações adicionais, a serem fornecidas pelo responsável da empresa.

Retira-se também da documentação apresentada que a referida empresa está a elaborar uma base de dados com os elementos que lhe chegam de vários organismos estatais.

III - Direito

Levantam-se aqui vários problemas distintos.

- I - Trata-se em primeiro lugar de saber se a divulgação destes elementos está ou não prevista nas excepções à regra do livre acesso aos documentos

administrativos consagrada na Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA), com as alterações introduzidas pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, as quais, como já foi afirmado em anteriores pareceres desta Comissão (*vide*, entre outros, o Parecer nº 113/97, de 19.11.97), são fixadas em função da natureza dos documentos, da informação neles contida ou da sua posição processual.

Segundo o parecer supracitado, estes casos são os seguintes

1. Documentos de carácter nominativo [artigos 7º, nº 2, e 4º, nº 1, alíneas b) e c) - ambos da LADA, tal como os demais preceitos a seguir citados sem indicação de diploma];
2. Documentos cuja divulgação possa pôr em causa a segurança interna ou externa do Estado, os quais estão sujeitos a legislação específica (artigo 5º);
3. Documentos referentes a matérias em segredo de justiça (artigo 6º);
4. Documentos constantes de processos não concluídos ou preparatórios duma decisão (artigo 7º, nº 5);
5. Inquéritos e sindicâncias (artigo 7º, nº 6);
6. Documentos notariais e registrais, documentos de identificação civil e criminal e documentos depositados em arquivos históricos (artigo 7º, nº 7);
7. Documentos cuja comunicação ponha em causa segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas (artigo 10º, nº 1, na redacção dada pela citada Lei nº 8/95);
8. Notas pessoais, esboços, apontamentos e outros registos de natureza semelhante, e documentos cuja elaboração não releve da actividade administrativa, referidos no nº 2 do artigo 4º.

A lei estabelece ainda normas relativas a informações protegidas pelos direitos de autor e à propriedade industrial (artigo 10º, nº 2), e a documentos em matéria de ambiente.

Conclui o referido parecer que a lei não estabelece, em geral, qualquer limitação de acesso em função da finalidade para que os documentos foram elaborados ou em função da razão por que são detidos pelas autoridades administrativas.

II - A informação quanto à identificação das unidades existentes nos sectores referidos não viola nenhum dispositivo que limite o acesso aos documentos administrativos, uma vez que, como já foi referido em anterior parecer da

CADA, com o nº 45/97, de 10.04.1997, os elementos de identificação do titular – nome, denominação/firma, endereço postal - não são documentos nominativos, que aliás podem ser acedidos nos processos registrais das empresas.

- III - Quanto à capacidade de laboração das empresas tem de se avaliar se são documentos cuja comunicação ponha em causa segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas, pois tem sido entendimento desta Comissão (*vide* o parecer nº 45/97, que aqui se subscreve) que *a Lei considera existir uma semelhança entre os dados pessoais das pessoas singulares e os dados das empresas que respeitam à sua vida interna concedendo-lhes idêntica protecção pelo nº 1 do artigo 10º, na redacção que lhe foi dada pelo artigo 1º da Lei 8/95. A interpretação dada a este artigo pela Cada vai no sentido de ele abranger os elementos cujo conhecimento pode levar a práticas de concorrência desleal, como por exemplo volume de vendas, métodos de venda utilizados ou outras informações da prática de produção ou comercialização.*

No referido parecer considera-se que se deve aplicar o artigo 8º, nº 5, da LADA aos «*documentos que contenham dados pessoais quando, pela sua natureza, seja possível aos serviços expurgá-los desses dados sem terem de reconstruir os documentos e sem perigo de fácil identificação*». Assim, entende-se que compete aos serviços da Administração expurgar os dados cuja comunicação ponha em causa segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas, escolhendo a forma mais eficaz de satisfazer o pedido de acesso, com obediência à regra de que a existência, num documento, de dados protegidos facilmente expurgáveis não justifica, só por si, a recusa do acesso à restante informação contida nesse documento.

- IV - No entanto, ao que parece, foi realizado um contrato administrativo entre a Administração Pública, o Governo e a empresa em causa, em que esta terá ficado encarregada de desenvolver uma actividade - a *execução do Programa de Estímulo e Dinamização da Iniciativa Económica na Região de Trás os Montes e Alto Douro*, isto é, constituiu-se, ao que parece através de contrato administrativo, uma relação jurídico-administrativa entre o particular e a Administração para prossecução de determinada actividade. Assim sendo, se a Administração conferiu ao particular a obrigação de prosseguir determinada

actividade, terá de lhe proporcionar os meios necessários para que este possa efectivá-la. Mas aí já não se está no âmbito do arquivo aberto mas do procedimento administrativo e do contrato (protocolo) celebrado entre a Administração e o particular; e a essa luz deverá ser interpretado pela Administração.

V - Quanto à base de dados que a empresa está a organizar, compete à Comissão Nacional de Protecção de Dados autorizar e/ou registar a constituição, alteração ou manutenção das bases e bancos de dados pessoais (artigo 8º, nº 1, da LADA, que remete para a Lei nº 67/98, de 26 de Outubro), devendo, pois, a essa Comissão ser pedido o respectivo parecer.

Conclusões

Se se verificar, como parece, que existe um contrato administrativo entre a requerente e a Administração, é no âmbito desse contrato e das normas de direito administrativo aplicáveis que o problema deve ser abordado.

Se assim não for, deve ser dada informação sobre quais as unidades existentes, expurgando-se apenas, dos documentos a facultar, as informações sobre a sua capacidade de laboração.

Lisboa, 25 de Novembro de 1998.

*Narana Coissoró (Relator) - José Magalhães - Silva Marques - João Figueiredo -
- Vasco Almeida - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves - Gameiro dos Santos -
Branca do Amaral - João Labescat - Castro Martins (Presidente)*